



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO
(Es Apl Sv Sau Ex / 1910)**

1º Ten Alu PAULA FIGUEIREDO SIMÕES DOS SANTOS

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO EM MISSÕES
HUMANITÁRIAS: ÊNFASE NA OPERAÇÃO ACOLHIDA**

**RIO DE JANEIRO
2019**

1º Ten Alu **PAULA FIGUEIREDO SIMÕES DOS SANTOS**

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO EM MISSÕES
HUMANITÁRIAS: ÊNFASE NA OPERAÇÃO ACOLHIDA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde, pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Orientadora: 1º Ten Ingrid Rebelo de Moura

RIO DE JANEIRO
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO/BIBLIOTECA OSWALDO CRUZ

F475a

Figueiredo Simões dos Santos. Paula
A atuação do Serviço de saúde do Exército em Missões
humanitárias: ênfase na Operação Acolhida.
Orientadora: 1Ten. Ingrid Rebelo de Moura
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Escola de
Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações
Complementares às Ciências Militares, 2019.
Referências: f 25-26

1. MEDICINA MILITAR 2. OPERAÇÕES MILITARES 3.
OPERAÇÃO ACOLHIDA . I Rebelo de Moura, Ingrid (orientadora).
II. Escola de Saúde do Exército III. Título.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho.

Assinatura

Data

1º Ten Alu **PAULA FIGUEIREDO SIMÕES DOS SANTOS**

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO EM MISSÕES
HUMANITÁRIAS: ÊNFASE NA OPERAÇÃO ACOLHIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde, pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Orientadora: 1º Ten Ingrid Rebelo de Moura

Aprovada em 30 de Setembro de 2019.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

1º Ten Ingrid Rebelo de Moura

Orientador(a)

Otavio Augusto Brioschi Soares

Avaliador

*Ao meu amado esposo, por
acreditar nos meus sonhos, pelo
incentivo e amor em todos os
meus projetos de vida!*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho: À Deus, por ter me dado saúde e força para superar os obstáculos, à minha mãe, grande incentivadora e maior responsável pela pessoa que sou hoje, ao meu amado esposo, por acreditar no meu potencial e ter me dado coragem para recomeçar, a instituição Exército Brasileiro em especial a Escola de Saúde do Exército por me engrandecer com nobres valores e tornar -me uma profissional mais competente. À minha orientadora pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas correções e incentivos. A todos os instrutores e comandantes que fizeram parte da minha formação, meu muito obrigada.

O que eu faço é uma gota no meio do oceano. Mas sem ela, o oceano seria menor.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

A Operação Acolhida pode ser classificada como uma operação humanitária por ter como principal objetivo o acolhimento dos refugiados, conjunta pois envolve efetivos da Marinha, do Exército e da Força Aérea, e é interagências, pois ocorre uma interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços, no sentido de acolher os venezuelanos desassistidos, de maneira organizada, sistemática e eficiente. O artigo tem como objetivo geral descrever a atuação do serviço de saúde do Exército Brasileiro (EB) em operações de ajuda humanitária, tomando por base a experiência na Operação Acolhida. Para atingir este objetivo, o trabalho se propõe a: levantar informações sobre os recursos humanos e materiais utilizados na assistência de saúde na Operação Acolhida, apontar possíveis melhorias que podem ser adicionadas; e identificar a eficiência do trabalho realizado. Esse estudo se justifica pela crise migratória tem se apresentado atualmente como um problema mundial.

Palavras-chave: Medicina Militar. Operações militares. Operação Acolhida. Ajuda Humanitária.

ABSTRACT

The Operation Acolhida can be classified as a humanitarian operation for having as main objective the reception of refugees, jointly as it involves Navy, Army and Air Force personnel, and is interagency, as there is an interaction of the Armed Forces with other agencies with the purpose of reconciling interests and coordinating efforts to welcome Venezuelans in an organized, systematic and efficient manner. The objective of this article is to describe the performance of the Brazilian Army (EB) health service in humanitarian aid operations, based on the experience of the Operation Welcomed. To achieve this objective, the work aims to: raise information about the human and material resources used in health care in the Operation Acolhida, to point out possible improvements that can be added; and to identify the efficiency of the work performed. This study is justified because the migratory crisis has presented itself today as a worldwide problem.

Keywords: Military Medicine. Military operations. Operation received. Humanitarian

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DESENVOLVIMENTO.....	12
2.1 METODOLOGIA	12
2.2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	12
2.3 HISTÓRICO DAS MISSÕES DE PAZ.....	13
2.4 PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS.....	14
2.5 A CRISE MIGRATÓRIA NA VENEZUELA.....	16
2.6 OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	18
2.7 SERVIÇO DE SAÚDE.....	20
3 CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem ocupado cada vez mais destaque no cenário de operações humanitárias. Há quase 70 anos, desempenha um importante papel na história das operações de paz. Dados revelam que, entre 1948 a 2019, o País participou de mais de 50 missões de paz da Organização das Nações Unidas. Ao todo, o governo brasileiro autorizou e financiou o desdobramento de pouco mais de 46 mil militares para trabalhar sob a bandeira azul da Organização das Nações Unidas - ONU. Dos quais grande parte são os integrantes do serviço de saúde do exército, empregados seja para o atendimento a tropa seja na atuação diante de crises, levando assistência a populações em situação de vulnerabilidade (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

Pode-se destacar a atuação do serviço de saúde do exército recentemente na Operação acolhida (Força tarefa logística humanitária em Roraima). O governo federal em fevereiro de 2018, no esforço de combater a crise provocada pela forte onda migratória venezuelana, fugindo do desastre na economia e da instabilidade política no país vizinho, incumbe o Exército Brasileiro de liderar as ações de apoio destinadas a aliviar o sofrimento humano e o impacto socioeconômico regional. Dentre elas destacam-se o fornecimento de refeições, abrigo, cuidados médicos, imunização, a regularização da situação dos imigrantes que manifestem o desejo de permanecer no Brasil e a redistribuição das famílias para outras regiões (BRASIL, 2018).

Para desempenhar essa função, o serviço de saúde das forças armadas é essencial. Equipes com médicos e enfermeiros militares atuam no atendimento aos imigrantes. A média é de 180 atendimentos médicos diários, 7 remoções médicas diárias e centenas de imunizações. A principal intenção é que o imigrante seja assistido afim de que esteja em condições de ser absorvido pelo mercado de trabalho e de ensino do Brasil, participando do processo de interiorização ou retornando voluntariamente ao seu país de origem (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

De acordo com a doutrina militar brasileira, uma operação de ajuda humanitária é concebida para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres naturais ou causados pelo próprio homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano, bem como para prestar assistência cívico-social. Esse tipo de operação destina-se a complementar,

com a utilização de meios militares, o esforço de resposta do governo e de organizações não governamentais (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Nesse contexto, a Operação Acolhida pode ser classificada como uma operação humanitária por ter como principal objetivo o acolhimento dos refugiados, conjunta pois envolve efetivos da Marinha, do Exército e da Força Aérea, e é interagências, pois ocorre uma interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços, no sentido de acolher os venezuelanos desassistidos, de maneira organizada, sistemática e eficiente (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

O artigo tem como objetivo geral descrever a atuação do serviço de saúde do Exército Brasileiro (EB) em operações de ajuda humanitária, tomando por base a experiência na Operação Acolhida.

Para atingir este objetivo, o trabalho se propõe a: levantar informações sobre os recursos humanos e materiais utilizados na assistência de saúde na Operação Acolhida, apontar possíveis melhorias que podem ser adicionadas; e identificar a eficiência do trabalho realizado.

Esse estudo se justifica pela crise migratória que tem se apresentado atualmente como um problema mundial. O deslocamento de grandes contingentes populacionais é capaz de desestruturar e gerar grave crise no país de destino, inclusive contribuindo para a disseminação de doenças, podendo reintroduzir patologias já controladas.

O acolhimento a refugiados no território nacional é uma operação inédita para os militares das forças armadas brasileiras, que só tiveram contato com refugiados em missões internacionais sob a égide da ONU. Tendo em vista a imensa importância e as graves consequências que podem resultar desse processo migratório, é de suma importância que essa introdução populacional seja feita de forma coordenada e com rigoroso controle epidemiológico, afim de evitar que novos surtos de doenças se repitam como o que ocorreu em 2018, trazendo de volta para o Brasil o Sarampo, doença erradicada no território nacional desde 2015 (G1, 2018).

Além disso, trata-se de um caso emergencial de cunho humanitário, sendo primordial o atendimento médico e o suporte de saúde para amenizar o sofrimento daqueles que buscam em nosso país um lugar para viver em paz com sua família, fugindo de regimes ditatoriais violentos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. METODOLOGIA:

Esse trabalho tomou por base a análise de literatura, com busca de artigos, legislação e reportagens publicadas acerca do assunto. Além da análise de dados documentais históricos pesquisados em fontes de órgãos como a ONU, Organização internacional de migrações, Exército Brasileiro e Diário Oficial da União. Além de contar também com a experiência pessoal da autora, que atuou como médica pediatra na Operação Acolhida em 2018.

2.2. A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

As operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) emergem em um contexto pós-1945 como um novo instrumento de segurança coletiva, de modo a promover a construção de um ambiente internacional estável (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU) é produto de antigos anseios anteriores ao sistema de Westphalia (1648), manifestando o imperativo ético-social dos povos. A ONU, de fato, exerce poderoso simbolismo no imaginário coletivo. Desde seu dialético processo de criação ao final da segunda Guerra Mundial, quando as sementes da rivalidade bipolar estavam sendo plantadas, a ONU tem sido interpretada como um organismo internacional de cunho político, dotado de personalidade jurídica e com capacidade de efetiva manutenção da paz e da segurança internacionais por meio de critérios claros e objetivos (BERTRAND, 1995).

A ONU tem sido produto e causa, simultaneamente, dos sonhos e aspirações comuns por um organismo que possa domar a força bruta da guerra, que possa reduzir as disparidades entre Norte e Sul e que possa promover igualdade e solidariedade cooperativa internacional. Somam-se a esta visão as correntes mais idealistas que defendem que a ONU exerce papel preponderante nas Relações Internacionais de forma a favorecer o jurisdicismo, a igualdade de fato e o entendimento imparcial de seus Estados-membros. A ONU, contudo, não se restringe a ser apenas um centro harmonizador em prol de valores, práticas e posturas ditas universais.

De forma mais realista, a ONU está imbuída das assimetrias e precariedades que são típicas e inerentes às relações interestatais (sistema westphaliano) com seu jogo de poder e

relações de força. A ONU, simbolicamente, exerce expressivo fascínio coletivo por conta da materialização histórico filosófica das promessas kantianas da paz perpétua (CASTRO,2006).

É necessário separar a ONU, imbuída de idealismo principista, do CSNU (Conselho de segurança das Nações Unidas), com seu realismo multilateralista e sua composição excludente – produtos da fórmula de Yalta. Com o objetivo de galgar institucionalização das políticas setoriais internacionais, a Organização das Nações Unidas possui uma ampla rede de atuações e representa produto de um longo processo histórico de gradativa transformação no plano do relacionamento interestatal, antes mesmo das duas grandes guerras mundiais com o declínio da punitiva ordem deVersalhes (1919) e da ordem mundial pós-1945 (CASTRO,2006).

Uma forma adequada e pontual de interpretar, criticamente, o papel e a missão da ONU e do CSNU mais precisamente como consequência de um determinado processo histórico são por meio da hipótese de Ryan, que será explicitada logo em seguida.

O problema epistemológico central acerca da teleologia (estudo das finalidades e objetivos) da ONU é compreender seu real papel, sua discrepante atmosfera idealista em um cenário anárquico-hobbesiano e sua real missão nas Relações Internacionais atualmente. Na verdade, o problema epistemológico precípua da ONU reside também nos meios de como avaliar seus fracassos e êxitos atrelados à ordem mundial vigente que faz engrenar o sistema internacional (CASTRO,2006).

Inspirada pela aura do institucionalismo liberal-internacionalista, a ONU teve e continua tendo sua missão marcada pelo idealismo kantiano da “paz perpétua”, com seu “imperativo categórico” e seus “objetos gnosiológicos ideais” no plano multilateral. A renúncia ou transferência parcial de soberania para um organismo supranacional traria a governança democrática e a paz coletiva por meio do estabelecimento do comunitarismo à luz do pensamento kantiano. Os valores da isonomia e de igualitarismo jurídico dos Estados-Membros, de legitimidade multilateral, de comunitarismo e de jurisdicionalidade externa por meio da Corte Internacional de Justiça (CIJ)perfazem o liberalismo de cunho idealista que norteou sua missão fundamental (CASTRO, 2006).

2.3. O HISTÓRICO DAS MISSÕES DE PAZ

Desde a primeira missão das Nações Unidas, em 1947 – o Comitê Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB) –, o Brasil tem se prontificado a participar, por intermédio de militares, policiais e civis. Essa trajetória de atuação perdura até hoje, sendo os principais

exemplo, em termos quantitativos, a presença brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) e, mais recentemente, no Líbano (UNIFIL) (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

Como um fenômeno da política internacional, as operações de paz da ONU evoluíram de uma perspectiva mais tradicional, marcada por acordos de paz e estratégias de cessar-fogo entre as partes envolvidas, para uma perspectiva complexa e multidimensional, caracterizada por questões políticas, sociais, econômicas, culturais, judiciais e de sociedade civil, além de, muitas vezes, incluir o uso da força para além da autodefesa das tropas – como as missões com mandato de proteção de civis –, outrora não considerado como legítimo. Ao longo dessas transformações, o Brasil também buscou se adaptar e incorporar à sua atuação essa nova postura multidimensional que despontava (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

Nesse sentido, o início do século XXI vem presenciando um engajamento mais incisivo do Brasil nas operações de paz (como na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH e na UNIFIL), que se reflete no aumento do número de tropas enviadas e no aumento do número de missões que recebem brasileiros, em uma postura voltada para o nexo entre segurança e desenvolvimento, na participação recorrente de force commanders brasileiros e no desempenho proativo da diplomacia (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

É importante considerar que a participação brasileira em operações de paz é legitimada, como política de Estado, por documentos oficiais, como a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Ainda assim, questões como o uso da força, o princípio da política externa de inviolabilidade de soberania, o comprometimento da imagem brasileira como ator pacifista e o baixo engajamento doméstico sobre o tema são algumas das preocupações que devem ser levadas em conta (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

O contexto conjuntural torna esse debate ainda mais relevante, visto que, em novembro de 2017, o Brasil foi oficialmente convidado pela ONU a enviar tropas para a Missão Multidimensional das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (Minusca).

2.4. PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Em 05OUT1988 foi promulgada a Constituição vigente e consta, no seu preâmbulo, que o Estado Democrático é destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e

individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. Já no art. 1º, da Constituição vigente, vem a ratificação de que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito e que tem como um dos seus fundamentos a soberania (MARINHO, 2010).

A soberania, além de ser um dos elementos necessários para a constituição do Estado brasileiro, é também, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 1º, I). Por isto, é mister que existam meios que preservem a soberania nacional, a fim de que possa assegurar os fins a que se destina o Estado Democrático. Para preservar a soberania, é necessário que o País tenha segurança e para garantir a Segurança Nacional (MARINHO, 2010).

Com a finalidade de regulamentar e conscientizar os setores da sociedade brasileira de que o tema Segurança Nacional é um dever de todos os cidadãos brasileiros, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, usando das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, baixou o Decreto 5.484, de 30JUN2005, que estabelece como deve ser desenvolvida a política de defesa nacional no Brasil. Esta tem por finalidade fixar objetivos e diretrizes para o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional (MARINHO, 2010).

Nos termos do Decreto 5.484/05, o Poder Nacional manifesta-se em cinco expressões, dentre elas, está a expressão militar. A Expressão Militar do Poder Nacional é qualificada como a manifestação do conjunto dos homens e dos meios que a nação dispõe, o que contribui para alcançar e manter os objetivos nacionais. Os objetivos nacionais são: democracia, soberania, paz social, progresso, integração nacional e integridade do patrimônio nacional. O referido decreto qualifica ainda os componentes da Expressão Militar do Poder Nacional: o Poder Naval, o Poder Militar Terrestre e o Poder Militar Aeroespacial. Logo, a expressão militar do País fundamenta-se e consolida-se nas Forças Armadas (MARINHO, 2010).

As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, compostas pela Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Elas foram constituídas pela sociedade brasileira para defender a Pátria, contra ameaças externas, assegurar-lhe a convivência pacífica e o respeito internacional, além de garantir a integridade territorial e a paz interna (CARVALHO, 2005).

O emprego das Forças Armadas ocorre em situações de guerra e não guerra. Na guerra, as Forças Armadas empregam o Poder Militar na sua plenitude, somadas todas as

características da força bélica em prol da defesa da Pátria, como aconteceu na guerra contra o Paraguai, na qual houve uma grande mobilização dos brasileiros que foram deslocados para combater nas fronteiras do sul do País. Duzentos mil brasileiros foram para a guerra, onde morreram 50 mil, sendo que 10 mil morreram num único dia (24.05.1866), na Batalha de Tuiuti (CARVALHO, 2005).

Em casos de não guerra, como exemplo o emprego em atividades de segurança pública, as Forças Armadas devem empregar o Poder Militar de forma limitada, baseada nas legislações vigentes, como acontece por ocasião das greves dos policiais ou quando o Exército é acionado para garantir a ordem nos pleitos eleitorais (CARVALHO, 2005).

2.4. A CRISE MIGRATÓRIA

A imigração de seres humanos não é algo novo na história mundial, a busca incessante por um lugar que lhe pareça apropriado para prosperar juntamente com sua família é inerente a natureza humana. Vivemos atualmente a pior crise migratória mundial, conflitos na África e Oriente Médio estão levando ao deslocamento de milhões de refugiados rumo a Europa. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ao final de 2015, havia aproximadamente 54,9 milhões de refugiados no mundo, sendo este número maior que o registrado ao final da 2ª Guerra Mundial (ACNUR).

A Venezuela enfrenta graves problemas políticos e econômicos. O país é governado atualmente pelo presidente Nicolás Maduro que assumiu o poder em 2013 após a morte de Hugo Chávez. Maduro assumiu um país com a economia em frangalhos, com uma inflação que ultrapassava 800% ao ano e barris de petróleo apresentando quedas em seu preço. O país viu-se imerso em um colapso econômico, que resultou em uma dramática crise humanitária. Faltam no país insumos básicos para a sobrevivência, os supermercados não atendem a população, faltam alimentos e medicações. A violência também estourou país afora, levando a capital Caracas ao topo do ranking das cidades mais violentas do planeta (VAZ, 2017).

Por causa dessa triste realidade, milhares de venezuelanos decidiram migrar para outros países à procura de trabalho e de melhores condições de vida. O número de refugiados e migrantes da Venezuela em todo o mundo atualmente é de 3,4 milhões, segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

A Colômbia abriga o maior número de refugiados e migrantes da Venezuela, com mais de 1,1 milhão. O país é seguido por Peru, Chile, Equador, Argentina e Brasil. México e países da América Central e do Caribe também recebem um número significativo de refugiados e migrantes venezuelanos (OIM, 2018).

A maioria dos venezuelanos que entram no território brasileiro, o fazem pelo município de Pacaraima, no estado de Roraima. De lá seguem para a capital Boa Vista e depois para outras localidades do país (FRANCHI, 2019).

Conforme dados da Polícia Federal, entre janeiro de 2017 e junho de 2018, cerca de 127 mil venezuelanos ingressaram no Brasil, de forma legal, pelo posto fronteiro de Pacaraima. Desse contingente, cerca de 59 mil permaneceram no território brasileiro. Outro dado que demonstra o considerável fluxo de venezuelanos em direção ao Brasil é a quantidade de solicitações de refúgios. Enquanto em 2010, apenas 4 venezuelanos solicitaram refúgio no Brasil, esse número chegou a 17.865 em 2017 e 52.261 em 2018 (FRANCHI, 2019).

Esse aumento vertiginoso populacional trouxe um enorme impacto regional, principalmente no que tange a questão da saúde. Imigrantes venezuelanos chegam ao Brasil muitas vezes em péssimas condições físicas e psíquicas, apresentando desnutrição, lesões por caminharem por milhares de quilômetros na fuga para o Brasil, além disso, muitos já são pacientes crônicos com seus tratamentos interrompidos devido à escassez ou completa falta de medicamentos e insumos hospitalares na Venezuela (FRANCHI, 2019).

A situação se agravou de tal maneira que o governador do Estado de Roraima decretou Estado de calamidade Pública na saúde. Mais da metade dos leitos de hospitais está ocupada por venezuelanos e, dos 46 bebês internados na UTI neonatal, 40 são filhos de venezuelanas.

Em fevereiro de 2018 foi feito o primeiro diagnóstico de Sarampo em uma lactente venezuelana que vivia com os pais e outras dezenas de venezuelanos em situação de rua em Boa Vista. Após a identificação, uma extensa ação de vacinação foi realizada em praças e abrigos para imigrantes em Boa Vista para tentar reduzir o avanço da doença no estado. A doença já era considerada erradicada no Brasil desde julho de 2015 (G1, 2018).

Após esse primeiro caso, o Ministério da saúde confirmou até 21 de novembro de 2018 um total de 9.898 casos de Sarampo no país, com um total de treze mortes. Análises do Instituto Oswaldo Cruz (Fio Cruz) apontaram que o vírus que circula no Brasil é importado da Venezuela (G1, 2018).

Por meio da Diretriz Ministerial nº 03/2018, o Ministro da Defesa autorizou o início da Operação acolhida – Força Tarefa logístico humanitária Roraima, que conta com 500

militares da Marinha, Exército e Força Aérea brasileiras, os quais, em regime de rodízios trimestrais trabalham diariamente no acolhimento ao refugiado venezuelano (BRASIL, 2018).

Dentre esses militares há médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros, além de ter sido montada uma estrutura de hospital de campanha para o atendimento.

2.4. OPERAÇÃO ACOLHIDA

Vários fatores podem contribuir para o surgimento de um deslocamento forçado, incluindo perseguições étnicas e políticas; o uso intencional das massas humanas como um instrumento de barganha política por ditadores (como aconteceu na Líbia de Mu´ammar Gadhafi e no Kosovo durante o governo de Slobodan Milosevic); e o agravamento de questões ambientais como catástrofes naturais, mudanças climáticas e outras formas de estresse ambiental. Porém, nenhum desses motivos corresponde à situação na Venezuela. O país não está em guerra, tampouco sofre algum problema ambiental grave. Na última década do século XX, a Venezuela apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano relativamente alto (0,634), superior ao dos países vizinhos na América do Sul e Caribe (ex.: Brasil 0,611 e Colômbia 0,592) (FRANCHI, 2019).

A falta de gêneros básicos foi um dos principais motivos para deixar a Venezuela apontados pelos migrantes que chegaram ao Brasil em 2017. Para entender as origens desse problema, é preciso voltar à década de 1970, quando a alta valorização do petróleo, após 1973, possibilitou a compra em larga escala, no exterior, de produtos alimentícios com preços mais baixos e melhor qualidade. Incapaz de competir com os mercados de alimentos estrangeiros, a produção interna foi se atrofiando e a indústria alimentícia se desestruturando gradativamente, até o ponto de não conseguir prover o auto abastecimento (FRANCHI, 2019).

Levantamentos realizados nos anos de 2016 e 2017 começaram a delinear o perfil do migrante que chegava a Roraima. A maioria era composta por jovens escolarizados entre 20 e 39 anos (72%), sendo mais da metade homens solteiros (53,8%). A maioria provinha de cinco estados venezuelanos: Bolívar, Monagas, Anzoátegui, Carobo e Caracas (Distrito Federal) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Apesar de o perfil dos migrantes indicar uma população jovem, educada e na faixa etária economicamente ativa, essa população tem encontrado dificuldades de ser absorvida pelo atrofiado mercado de trabalho local. Isso se deve, em parte, à incipiente economia de Antes de 2016, ações do governo estadual e das prefeituras locais já vinham sendo executadas

em conjunto com organizações não governamentais e setores da sociedade civil, a fim de prestar assistência aos deslocados que chegavam ao Estado. Entretanto, a partir de 2016, o fluxo migratório efetivamente ultrapassou as capacidades municipais e estaduais de fornecimento de serviços básicos aos deslocados (FRANCHI, 2019).

Dessa forma, o governo federal decidiu intervir de modo sistemático. Ações governamentais federais. Em fevereiro de 2018, por meio da medida provisória nº820 de 15/02/2018, foi constituído o “Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”, um esforço multiministerial alinhando os poderes nas esferas da administração federal, estadual e municipal (BRASIL, 2018).

Diagnósticos estratégicos, consultas a diversas instituições e agências, descontigenciamento de verbas e planos emergenciais já haviam sido previamente traçados nos meses anteriores. A medida provisória nº820 de 15 de fevereiro de 2018 delimitou dez áreas prioritárias: (1) proteção social; (2) atenção à saúde; (3) oferta de atividades educacionais; (4) formação e qualificação profissional; (5) garantia dos direitos humanos; (6) proteção dos direitos das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população indígena e comunidades tradicionais atingidas; (7) oferta de infraestrutura e saneamento; (8) segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras; (9) logística e distribuição de insumos; e (10) mobilidade, distribuição no território nacional e apoio à interiorização (BRASIL, 2018).

O Ministério da Defesa, em parceria com as outras agências públicas e representantes da sociedade civil organizada, passaram a atuar nessas áreas prioritárias por meio de ações distintas (seu trabalho continua quando da redação deste artigo). É neste contexto que se dá o emprego das Forças Armadas, sobretudo, do Exército e da Força Aérea, no âmbito da Operação Acolhida.

O Esquadrão Corsário da ALA 11 da Força Aérea Brasileira (FAB) tem apoiado com o transporte logístico e humanitário, bem como a mobilidade e interiorização dos migrantes abrigados para outros Estados da federação. São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, Rio de Janeiro, Paraíba e Pernambuco receberam alguns dos primeiros 700 migrantes que aceitaram, de forma voluntária, participar do processo de interiorização. Eles são encaminhados a abrigos, pastorais e centros de recepção responsáveis pelo acolhimento, fornecendo-lhes atenção básica e ajudando-lhes a buscar por inserção no mercado de trabalho local. Gradativamente, esse processo disponibiliza novas vagas nos abrigos existentes e colabora para aliviar a pressão sobre os serviços básicos na região de fronteira (FRANCHI, 2019).

A atuação do Exército Brasileiro em cumprimento à medida provisória nº820 é realizada por diferentes organizações militares, incluindo a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e o 6º Batalhão de Engenharia de Construção sediados em Boa Vista; quadros destacados da Base de Apoio Logístico do Exército, localizada no Rio de Janeiro, além de militares mobilizados de outras regiões. O portfólio de tarefas e missões executadas pela Força Terrestre, em face da crise migratória, inclui medidas relacionadas à segurança pública e ao fortalecimento do controle de fronteiras. Nesse sentido, o Exército, por meio da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, lançou a “Operação Controle”, com a qual reforçou com mais de 400 homens a presença na faixa de fronteira. Postos de Bloqueio e Controle de Estrada (PBCE) foram dispostos na fronteira com a Venezuela e com a Guiana, além da instalação de “checkpoints” recuados no interior do Estado (FRANCHI, 2019).

O 3º Pelotão Especial de Fronteira (PEF), situado em Pacaraima, recebeu reforços visando à execução de suas missões primárias, bem como apoiar outras agências governamentais que se encontram atuando na cidade. A outra face da atuação do Exército Brasileiro no suporte à crise migratória tem por objetivo “cooperar com os governos federal, estadual e municipal nas medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Na realidade, o Exército possui larga experiência na realização de Ações Cívico-Sociais (ACISO) em toda a região amazônica. Ainda assim, conhecimentos adquiridos no exercício multinacional denominado AMAZONLOG, realizado em 2017, têm contribuído significativamente no apoio aos migrantes venezuelanos. Durante o AMAZONLOG, os militares planejaram e praticaram controle de zoonoses, atividades relacionadas à segurança alimentar, montagem e operação do Hospital de Campanha (HCamp), e testes de equipamentos, entre outras atividades (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

2.6. SERVIÇO DE SAÚDE

Tendo em vista a precária condição de saúde em que os Venezuelanos chegam no Brasil, a assistência médica torna-se primordial.

A porta de entrada mais utilizada pelos venezuelanos para adentrar ao Brasil é através do município de Pacaraima. Pequeno município roraimense na fronteira com a Venezuela que tinha somente cerca de 12 mil habitantes e um pequeno hospital de

atendimento primário. O imenso fluxo de imigrantes ocasionou a desordem em todos os setores da cidade, superlotação no hospital, mendicância nas ruas, falta de insumos e aumento da violência (FRANCHI, 2019).

Após o início da Operação Acolhida, dois abrigos foram instalados na cidade de Pacaraima e outros onze em Boa Vista, além de toda uma estrutura para organização da entrada de imigrantes no território nacional. Foi montado também um hospital de campanha em Pacaraima e criado um fluxo para a vacinação (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Os militares da área de saúde além de trabalharem no hospital militar de campanha e na vacinação também reforçam o atendimento no Hospital municipal de Pacaraima e nos dois postos de saúde da cidade. O trabalho é realizado 7 dias na semana, 24 horas por dia. Em Boa Vista os militares de saúde se revezam na assistência aos onze abrigos montados na cidade com um total de quase cinco mil abrigados (dados de outubro de 2018) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

O H Camp encontra-se, atualmente, desdobrado em Pacaraima, a fim de auxiliar no atendimento básico de saúde aos deslocados venezuelanos. Os módulos montados compreendem enfermaria, atendimento clínico, pediátrico e ginecológico, exames laboratoriais e atendimento de urgências e emergências. Suas instalações operam, desde 26 de abril de 2018, de modo complementar ao Hospital de Pacaraima. Até o final de maio, a Unidade já havia realizado mais de 2500 atendimentos adultos e pediátricos (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Trabalhando em estreita cooperação civil-militar com diversas organizações governamentais e não governamentais, o Exército presta apoio direto no acolhimento dos deslocados venezuelanos. Os abrigos para imigrantes apresentam população “flutuante”. Somente em Roraima, são mais de 4 mil venezuelanos abrigados. Espera-se ampliar a oferta para quase 7 mil vagas, distribuídas em instalações com a capacidade entre 250 a 600 pessoas. A opção por um modelo de acolhimento em alojamentos menores e descentralizados visa a um atendimento mais próximo e humanizado (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

As ações desenvolvidas no escopo da Operação Acolhida abrangem tanto o planejamento para instalação dos abrigos quanto o suporte ao seu funcionamento. Isso inclui o levantamento de áreas e locais dos abrigos; obras de infraestrutura (saneamento, energia etc.); organização e montagem de barracas e outras necessidades pontuais; bem como a preparação e distribuição de alimentos, atenção médica, educação, segurança e outros serviços essenciais. Somente os investimentos do governo federal administrados pelo Ministério da Defesa somam 190 milhões de reais (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Outros ministérios, além dos estaduais e municipais, também têm contribuído com recursos financeiros significativos em prol da causa humanitária. O uso de forças militares que não estão sob mandatos da ONU para prover organização e suporte humanitário no caso de deslocamentos forçados não é um fato novo, ocorre desde a Segunda Guerra Mundial, antes mesmo da existência da ONU (VAZ, 2017). Porém, de acordo com muitos especialistas da área de Defesa, esse não é o cenário ideal, uma vez que desvia as Forças Armadas de suas funções essenciais, ligadas ao preparo para o emprego em conflitos armados. A participação das Forças Armadas brasileiras não se enquadra em uma securitização ou militarização do tema, mas atende à necessidade de agilidade na resposta a desafios humanitários e dificuldades locais (FRANCHI, 2019).

Casos de maior complexidade atendidos em Pacaraima, devem ser evacuados de ambulância para Boa Vista. A Operação conta com duas ambulâncias militares.

Apesar de toda logística, o número de imigrantes cada vez maior leva a uma imensa sobrecarga, necessitando de quantidades crescentes de medicamentos, muitas vezes oriundos apenas de doações, e intensificando a carga de trabalho dos militares.

O Ministério da Saúde, em conjunto com o Ministério da Defesa buscam organizar o atendimento médico aos refugiados com profissionais de saúde da defesa bem como com um reforço de profissionais do Programa Mais Médicos em caráter de urgência e de forma provisória (FRANCHI, 2019).

No entanto, o efetivo de saúde ainda é reduzido frente a crescente massa de refugiados que chega ao país, a demanda por mais profissionais de saúde e por especialistas como ginecologista-obstetras e pediatras é cada vez maior.

O Governo Federal prorrogou por mais um ano a Operação, no entanto ainda não manifestou intenção de aumentar o efetivo de saúde para uma maior qualidade e eficiência do atendimento (BRASIL, 2018).

3 CONCLUSÃO

O fluxo migratório venezuelano tem apresentado oscilações ao longo dos meses. As razões para tanto ainda precisam ser mais bem compreendidas e analisadas, a fim de subsidiar a elaboração de cenários prospectivos e planejamentos futuros. O fluxo de migrantes pode diminuir e até cessar momentaneamente, sem que o problema esteja solucionado. As dinâmicas internas da política venezuelana e as relações internacionais do país com a Colômbia (país limítrofe que absorve parte significativa dos migrantes, mas que tem relações diplomáticas tensas, incluindo um histórico de fechamento das fronteiras) são fatores a serem considerados (FRANCHI, 2019).

O fato é que a crise vivida pela Venezuela tem aspectos estruturais que criam desafios que não irão ser solucionados no curto ou médio prazos. Iniciativas de ajuda externas aos países da América do Sul são geralmente mal recebidas e geram desconfianças quanto aos interesses e agendas particulares. Propostas no nível regional são mais limitadas. Ainda assim, agendas podem ser construídas com base em interesses claros ligados à Segurança Humana em ambos os lados das fronteiras (VAZ, 2017).

É preciso pensar e trabalhar conjuntamente para avaliar e empoderar um fórum regional de forma que ele atue junto ao governo venezuelano. Tal proposta já foi sugerida várias vezes, mas ainda não foi operacionalizada. Assim como outras questões transfronteiriças, tais como meio ambiente e crime organizado, não existe uma estrutura ou um conjunto de regras mais amplas para lidar com a migração. Embora existam organismos e protocolos internacionais que busquem atuar sobre o tema, eles dependem de aprovações e regulamentações internas e, mais do que isto, da operacionalização por parte dos diferentes países, uma vez que os indivíduos deslocados estão dentro de suas respectivas fronteiras nacionais. É a partir das políticas domésticas e da difusão de suas concepções e atores, que se pode gradativamente estabelecer mecanismos de governança regional para facilitar a cooperação sincronizada sobre questões como o fluxo de pessoas, como já fizeram Brasil e Argentina em relação à fronteira sul (VAZ, 2017).

No caso venezuelano, é preciso compreender melhor como Colômbia, Peru, Equador e os demais países têm sido afetados pelo problema, quais iniciativas estão em curso e se é possível, de fato, construir soluções multinacionais. No caso do Brasil, as experiências pregressas do Exército Brasileiro no preparo e atuação em ações de caráter humanitário, seja na região Amazônica ou em outros cenários nacionais e internacionais, contribuem para um bom nível de integração civil militar nessa crise.

O posto da Anvisa em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, teve um considerável aumento de trabalho a partir de 2017, com a crise no país vizinho. Foram os servidores da Agência que inicialmente identificaram que algo anormal se passava, por conta do abrupto crescimento no fluxo de estrangeiros em rota para o Brasil (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Logo ficou claro que as necessidades daqueles que buscavam refúgio iam além de carteira de vacinação ou orientações sobre saúde. Muitos chegavam famintos e com sede ao posto da Anvisa.

No entanto, é preciso lembrar que a ajuda humanitária nessas crises não é a função precípua das Forças Armadas, que devem ser adestradas para garantir a defesa do país e de seus interesses em ambientes conflagrados. Não obstante, é preciso pensar não somente na gestão da crise atual, mas em caminhos para a sua solução no médio e longo prazo, o que implica fortalecer acordos regionais e encontrar maneiras de dialogar sobre o problema com a própria Venezuela, apontando a necessidade de que ela dispense mais atenção e cuidado para com sua própria população.

REFERÊNCIAS

O GLOBO. “**Raio-x da emigração: entenda o êxodo de venezuelanos para países vizinhos**”, <https://oglobo.globo.com/mundo/raio-da-emigracao-entenda-exodo-de-venezuelanos-para-paises-vizinhos-22430364#ixzz5O1JQ2Z25>, 2018

G1. “**Roraima tem 332 casos confirmados de Sarampo**”, <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/10/24/roraima-tem-332-casos-confirmados-de-sarampo-oito-meses-apos-surto-da-doenca.ghtml>, 2018

ALCIDES C. Vaz. “**A Crise Venezuelana como Fator de Instabilidade Regional**”, *Análise Estratégica* 3, no 3 (Brasília, BR: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2017): p. 1-7.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), “**Anatomía de un Campo de Refugiados: Atención y Necesidades**” (Madrid: ACNUR) http://recursos.eacnur.org/hubfs/Content/ACN_ebook_anatomia_campo_refugiados.pdf?t=1470816031917, 2019

ANDRADE, I. O.; HAMANN, E.P. e SOARES, M.A. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td_2442.pdf

BRASIL, Ministério da Defesa **ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS EM QUESTÕES DE IMIGRAÇÃO**, https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xx_cedn/7_a_atuacao_das_forcas_armadas_brasileiras_nas_questoes_de_imigracao.pdf, 2019

BERTRAND, Maurice. **A ONU**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRAZ, Adriana Montenegro. “**Migration Governance in South America: The Bottom-Up Diffusion of the Residence Agreement of Mercosur**”, *Revista de Administração Pública* 52, no 2 (March- -April 2018): p. 303-20

MARINHO. **Exército na Segurança Pública**. Juruá Editora, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Thales. **Conselho de Segurança da ONU**. Curitiba: Juruá Editora, 2006.

Gustavo R. “**A Crise Venezuelana, O Que os Estados Unidos e os Países da Região Podem Fazer**”, *Military Review* 72 [Edição Brasileira], no 3 (3º Trimestre, 2017): p. 62-72;

R. Evan Ellis, “**The Collapse of Venezuela and Its Impact on the Region**”, *Military Review* 97, no. 4 (July-August 2017): p. 22-33. [O artigo traduzido, intitulado “O

Colapso da Venezuela e seu Impacto na Região”, foi publicado exclusivamente on-line em outubro de 2017 — N. do T.]

BRASIL, Decreto Presidencial nº 9.285, DOU (15 fev. 2018); Decreto Presidencial nº 9.286, DOU (15 fev. 2018).

BRASIL, Diário Oficial da União [D.O.U.] de 15.2.2018. 33. Exército Brasileiro, “Operação Acolhida”, apresentação no Ministério da Saúde, 29 jun. 2018, acesso em 15 jan. 2019, <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/29/1.b--Apres-Cel-Merces-MS-1.pdf>. 34. Exército Brasileiro, Relatório AMAZONLOG17 (Brasília, BR: Comando-Logístico, 2018). 35. Ibid. 36. Medida Provisória No 823, de 9 de março de 2018, Diário Oficial da União [D.O.U.] de 12.3.2018. 37. Metzger e Lorenzen, “Military Force”

BRASIL, EXÉRCITO BRASILEIRO, “Operação Acolhida”, apresentação no Ministério da Saúde, 29 jun. 2018, acesso em 15 jan. 2019, <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/29/1.b--Apres-Cel-Merces-MS-1.pdf>.

FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida A Atuação das Forças Armadas Brasileiras no Suporte aos Deslocados Venezuelanos**. Disponível em <<https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/Online%20Exclusives/Franchi-operacao-acolhida-a-atuacao-das-forcas-armadas-brasileiras-no-suporte-aos-deslocados-venezuelanos-Jan-2019-4.pdf>>

Organização Internacional para as Migrações. “**Mediterranean Migrant Arrivals Reach 9,768 in 2018; Deaths Reach 414**”, comunicado à imprensa, <https://www.iom.int/news/mediterranean-migrant-arrivals-reach-9768-2018-deaths-reach-414>. 2018